



## TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

### CERTIDÃO Nº 085/2016 – SECEX/PA

O Secretário desta Secretaria de Controle Externo **CERTIFICA**, para os devidos fins e a pedido do representante legal do interessado, que até a presente data **CONSTA** do cadastro de julgados deste Tribunal o nome do senhor **ADÃO RIBEIRO SOARES** (CPF: 429.315.506-63), ex-Prefeito do Município de Jacundá/PA, o processo **TC-022.102/2009-0**, referente à Prestação de Contas julgadas irregulares, com imputação de débito e multa ao responsável, por meio do **Acórdão nº 1.787/2012-TCU-2ª Câmara**, Sessão de 20/3/2012, Ata nº 08/2012-2ª Câmara, contra o qual foi interposto Recurso de Reconsideração cujo provimento foi negado por meio do **Acórdão 2.178/2013-TCU-2ª Câmara**, Sessão de 23/4/2014, Ata nº 12/2013. Informa-se, ainda, que foi autuada em 30/10/2013, no âmbito desta Corte de Contas, os processos de cobranças Executivas nºs **TC- 030.746/2013-2** (débito) e **TC-030.747/2013-9** (multa), tendo em vista o **trânsito julgado em 01/06/2013**, do **Acórdão 1.787/2012-TCU-2ª Câmara**, sem que tivesse havido o recolhimento do débito e da multa. O processo foi encaminhado à Procuradoria Geral da União/AGU em 30/07/2014, e recebido naquele órgão em 07/08/2014. De acordo com o art. 9º da Resolução TCU nº 178/2005, informamos ao requerente que, após a remessa da documentação aos órgãos/entidades executores, não mais haverá intervenção do Tribunal no processo, especialmente no tocante ao recebimento extrajudicial das quantias objetos dos acórdãos condenatórios.

Belém, 27 de junho de 2016.

*(assinado eletronicamente)*

Israel da Silva Gomes

Assistente Substituto –Mat. 513-4

*Port. de Delegação SECEX-PA 1/2013 (BTCU 4/2013)*

9TC-030.746/2013-2)

A presente certidão tem validade de 30 (trinta) dias, contados da data da sua emissão.

---

Certidão emitida segundo delegação de competência concedida pela Portaria nº 4, de 2 de janeiro de 2015, do Presidente do Tribunal de Contas da União, e subdelegações concedidas pela Portaria nº 1, de 8 de janeiro de 2015, do Secretário-Geral de Controle Externo, e pela Portaria nº 1, de 4 de fevereiro de 2013 (BTCU 4/2013) do Secretário